

MONITORIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE ACERVOS

CAMILA KARAM HORTA¹;

MÁRCIA JANETE ESPIG²

¹Universidade Federal de Pelotas – camilakaramhorta@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marcia.espig70@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das atividades de monitoria realizadas na cadeira “Introdução ao Estudo de Acervos” do curso de Bacharelado em História, ministrada pela Profª. Márcia Janete Espig no semestre 2025/1. Por ser uma disciplina obrigatória do primeiro semestre do curso, é esperado que haja alta demanda dos discentes. Na turma em questão, havia um estudante com deficiência visual, o que trouxe à tona a necessidade de repensar as tarefas no plano de ensino e adaptar os materiais para que fossem acessíveis. No decorrer desse trabalho, iremos discorrer e refletir sobre as nossas experiências nessa monitoria e quais medidas podem ser tomadas para melhor incluir pessoas com deficiência visual no ensino superior.

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino é um direito previsto na legislação brasileira (BRASIL, 2015). Para que isso seja feito de forma efetiva, é preciso adaptar a sala de aula para que seja acessível aos discentes. A acessibilidade, conforme Sassaki (2009, p. 2), inclui dimensões tanto materiais quanto imateriais, e deve estar presente “em todos os contextos e aspectos da atividade humana”, a fim de criar uma sociedade inclusiva. Assim, as adaptações a serem feitas podem incluir desde o acesso físico à instituição de ensino até a postura dos docentes em relação aos discentes e suas necessidades.

Entretanto, a acessibilidade não deve ser vista de forma homogênea. Há diferentes tipos de deficiência, classificados pela função ou órgão afetado, e cada um tem as suas particularidades (ROSETTO; IACONO; ZANETTI, 2006, p. 106). Além disso, pessoas com a mesma condição podem ter demandas distintas, que devem ser consideradas. Por isso, no contexto do ensino superior, destacamos a importância da comunicação entre docentes, discente com deficiência, e órgãos responsáveis por acessibilidade dentro da instituição antes de tomar quaisquer medidas em sala de aula.

A partir dos paradigmas supracitados, escolhemos as seguintes medidas de acessibilidade: audiodescrição de espaços físicos, materiais projetados e documentos manuseados ou mostrados em aula; redação de conteúdo ditado pelo estudante para avaliações escritas; leitura e resumo de textos com problemas de acessibilidade. Essas escolhas foram feitas em concordância com o documento de orientação pedagógica oferecido pelo NAI-UFPel e de discussões com o próprio discente no decorrer do semestre.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

De modo geral, nossa proposta para essa monitoria baseou-se no acompanhamento do desempenho da turma e auxílio nos estudos e realização de

avaliações no decorrer do semestre, com um foco maior nas necessidades do discente com deficiência visual. Durante as aulas, observamos o comportamento dos estudantes para compreender quais eram suas demandas e quais indivíduos precisavam de maior apoio. Incentivamos os estudantes a tirar dúvidas sobre a matéria por meio de reuniões presenciais ou por um e-mail disponibilizado para essa disciplina, de acordo com as suas preferências.

O plano de ensino da cadeira prevê uma atividade prática de higienização de documentos. Antes de iniciarmos, deixamos que o discente com deficiência visual os tateasse para compreender suas dimensões e demonstramos o movimento a ser feito com as ferramentas de forma tátil também. Os documentos usados nessa atividade não possuíam versão digitalizada que pudesse ser lida por tecnologia assistiva, portanto, o discente não conseguiria lê-los, algo que considerávamos parte importante da oficina. Conversando com ele, optamos por fazer a audiodescrição do conteúdo escrito e quaisquer imagens presentes nesses documentos. Como não tivemos a oportunidade de observar esses documentos previamente, nós focamos em descrever as informações principais deles e complementávamos à medida que surgissem perguntas. Tentamos, assim, nos manter próximos dos métodos tradicionais de audiodescrição, como delineado por Silva (2019, p. 14-16), mas sem os mesmos recursos ou tempo de preparação.

Tendo em vista que parte do material da disciplina era inacessível para leitores de tela, tecnologia assistiva utilizada por nosso discente, optamos por realizar uma revisão separada com ele, em que explicamos o conteúdo desse material em forma de resumo, cujo arquivo oferecemos para que pudesse consultar em seus estudos. Também tiramos quaisquer dúvidas que surgissem durante o acompanhamento. Na mesma semana, realizamos uma revisão com toda a turma, em que ele também estava presente. Escolhemos fazer dessa forma para nos certificar de que o discente poderia compreender o conteúdo no mesmo ritmo que seus colegas sem deficiência.

No decorrer do semestre, realizamos uma série de visitações a acervos de Pelotas para que os estudantes tivessem contato com esse tipo de instituição e entendessem as suas realidades. Durante as visitações, o discente com deficiência visual escolhia se gostaria de ser guiado, utilizar sua bengala ou ambos, mas o acompanhávamos de qualquer forma para descrever o espaço físico em que estávamos, os objetos que eram mostrados e ações feitas por funcionários da instituição durante demonstrações. Quando permitido, incentivávamos o discente a tatear objetos para que compreendesse suas dimensões, seu estado de preservação, entre outras características.

É importante ressaltar que, durante esses momentos, buscamos respeitar a independência desse estudante e suas opiniões sobre o apoio e adaptações que oferecíamos. Como explicam Rossetto, Iacono e Zanetti (2006, p. 107), esses aspectos são essenciais para a convivência com e inclusão de pessoas com deficiência em todos os contextos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os discentes buscaram ajuda algumas vezes pelos meios disponibilizados, contudo, a procura foi maior na segunda metade do semestre, em comparação à primeira. Os questionamentos eram focados, em grande parte, em aspectos específicos da realização da última avaliação do semestre, e não sobre o conteúdo. Nos acompanhamentos presenciais, surgiam mais dúvidas,

mas o número de estudantes perguntando ainda era pequeno. Em relação ao nosso discente com deficiência visual, ele também fez poucas perguntas durante esses momentos e não utilizou os outros meios de comunicação disponibilizados, em parte por serem difíceis de se utilizar com as tecnologias assistivas ao seu dispor. Por conta disso, permitimos que se comunicasse conosco por outros meios, quando necessário. No todo, essa turma mostrou-se comunicativa, mas ainda acreditamos que poderiam ter se utilizado mais do apoio da monitoria.

Após reflexão, podemos concluir que a experiência de monitoria acadêmica voltada para pessoas com deficiência foi essencial, considerando o papel da monitoria no apoio de estudantes com dificuldades no ambiente acadêmico e universitário (NUNES, 2007). Não buscamos substituir o Programa de Tutoria estabelecido pelo NAI-UFPEL, mas sim, prestar ajuda de outras formas a um grupo de discentes que apresentam, em sua maioria, problemas de permanência no ensino superior e dificuldades adicionais durante os estudos, que podem ser mitigadas com o acompanhamento. A inclusão, como indica Sasaki (2009), é uma responsabilidade coletiva, portanto, esses programas devem trabalhar em conjunto para auxiliar esses estudantes.

Ademais, salientamos a importância dessas experiências para a própria discente monitora, buscando o aprendizado sobre como lidar com inclusão e acessibilidade em sala de aula e espaços acadêmicos. Como coloca Nunes (2007), a monitoria é parte da formação do discente para a docência, extensão e gestão, e saber lidar com pessoas com deficiências nesses diferentes contextos é de extrema importância para a promoção de uma sociedade inclusiva.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 ago. 2025.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. In: SANTOS, Mirza Medeiros; LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência:** Possibilidades e Trajetórias. Coleção Pedagógica. Natal: EDUFRN, 2007, p. 45-57. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Nunes-3/publication/353141725_Monitoria_academica_espaço_de_formação/links/60e91d790fbf460db8f5e529/Monitoria-academica-espaço-de-formação.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

ROSETTO, Elizabeth; IACONO, Jane Peruzzo; ZANETTI, Patricia da Silva. Pessoas com Deficiência: Caracterização e Formas de Relacionamento. In: CARVALHO, A.R. et al (org.). **Pessoa com deficiência:** aspectos teóricos e práticos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. 140p. 20. ed.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 12, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55508>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. **Para além do visível:** Princípios para uma audiodescrição menos visocêntrica. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29344/1/silvamanoela.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.